

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

AS INFLUÊNCIAS DO REGIME MILITAR SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR

João Guilherme Coutinho Amaral de Souza;
João Victor Morozini Coelho.

Resumo: Esta pesquisa é parte do projeto do PIBID história da UEL que este ano teve como objetivo discutir a Ditadura militar em Londrina, e com os 50 anos do golpe militar de 1964 e a comissão da verdade criada pelo governo federal para apurar os crimes cometidos naquela época pelos militares, criou um ambiente com bastantes possibilidades para se estudar e lembrar o período ditatorial brasileiro. E tanto neste artigo, como nas aulas oficinas que oferecemos aos alunos nosso objetivo foi discutir com os alunos a partir das pesquisas que fizemos sobre este período tão conturbado. Mas o foco de nossa pesquisa baseia-se na forma de interferência na escola a partir da censura no período militar, privilegiando o currículo, as disciplinas escolares e como elas tiveram que se adaptar a política escolar imposta pelo governo, como é o caso da criação de matérias escolares como estudos sociais para substituir as disciplinas de história e geografia.

PALAVRAS- CHAVE: Currículo. Regime Militar. Alienação.

Introdução

Com o mundo dividido entre comunistas liderados pela União Soviética e capitalistas liderados pelos Estados Unidos, em plena Guerra Fria. Um país localizado na América do Sul e capitalista, com uma “ascensão” do pensamento esquerdista, começa a passar por uma chamada “ameaça comunista”. Pois o presidente em ação no Brasil, João Goulart (Jango), tinha algumas “tendências socialistas” sendo estas as acusações feitas pela oposição, assim os militares com o apoio da classe-média e empresariado brasileiro junto à forte apoio, financeiro e ideológico dos Estados Unidos tomaram o poder e instituíram uma ditadura militar que tinha como objetivo acabar com a ameaça comunista e estabilizar a política do país, como restaurar o crescimento econômico que estava em forte crise, marcada pela inflação.

“Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias.” (FAUSTO, 2012, p.257)

No período ditatorial que durou de 1964 até 1985, o país foi governado por cinco presidentes militares, o 1º marechal Castello Branco, 2º general Costa e Silva, 3º general Médici, 4º general Geisel e 5º general Figueiredo. Tendo o governo militar feito forte uso da censura nos meios de educação, na música, imprensa para acabar com a propaganda comunista e qualquer ideia que fosse contra os preceitos ditados pela junta

militar. E qualquer um que fosse contra o modo que se dava a política no Brasil neste período, seja ele político, militante ou jornalista poderia ser afastado de seu cargo, preso, em alguns casos torturas, ou exilados, como várias figuras influentes (artistas, políticos, professores, e chefes de sindicatos) sofreram destas represárias e mostrando que isto acontecia em todo o território nacional, como afirma Fausto, “A repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo, sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas” (2012, p.258).

Censura no regime militar

No período militar o uso da censura foi de extrema importância como ferramenta de controle da população, pois como eram censurados jornais e outros meios de informação, isso dava o poder para o órgão governante reproduzi-se para o resto da sociedade apenas informações que seriam favoráveis para o seu regime, assim iludindo a população, fazendo-os pensar que o governo tinha poucos defeitos e que o Brasil passava por um período de tranquilidade interna e externa.

O que não estava acontecendo em plena guerra fria na qual as superpotências mundiais disputavam influência pelo mundo e em nosso país dependendo o período estava passando por forte crise econômica e grande euforia interna, com várias greves, manifestações estudantis, chegando a alguns casos haver grupos paramilitares que guerreavam contra o regime vigente tomando como exemplo o movimento mais famoso que foi a guerrilha do Araguaia. Tendo estes acontecimentos não repassados para a população de forma mais correta e neutra, foram bastante usadas manchetes que só falavam aspectos positivos do Brasil e esta forma de propaganda nacional foi frequentemente usada no governo Médici que repassava para a sociedade uma imagem de Brasil com grande crescimento econômico, um país tranquilo, como também um país vencedor fazendo amplo uso da seleção brasileira de futebol vencedora da copa do mundo de 1970 como propaganda política.

Os militares interferiram na educação, na qual os livros didáticos eram corrigidos, professores eram vigiados em sala de aula e o próprio currículo escolar foi mudado com a criação e o banimento de algumas disciplinas escolares.

O regime autoritário e ditatorial dava a possibilidade aos que estavam no poder de realizar experimentos sociais que buscavam entre outras coisas atender as vontades do Capital, visando gerar uma mudança nos padrões de comportamento e consequentemente os de produção e consumo, adequando a sociedade aos planos que tinham de modificar o panorama industrial nacional.

“O Estado militar queria adequar o sistema de ensino ao modelo econômico adotado, mas não tinha intenções de financiar a ampliação do ensino superior, necessidade provocada pelo crescimento da demanda. Procurou, já em novembro de 1964, acabar com o movimento estudantil através da lei 4.464 (lei Suplicy de Lacerda, nome do ministro da educação) que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as diversas União Estadual dos Estudantes (UEE), criando e controlando o Diretório Nacional dos Estudantes e diretórios estaduais.” (CAMPOS, 2013, p.35)

Nos anos de 1970, esses experimentos sociais foram aplicados mais contundentemente na educação escolar, por ter sido descoberta como uma ferramenta muito eficiente para construir novos alicerces comportamentais além de um ótimo meio de se fazer apologia à ideologia do regime. Isso aliado à mudança da economia, fez com que surgisse a necessidade de trabalhadores mais qualificados para suprir a demanda das indústrias, setor que estava em expansão. Mas o sistema educacional existente não oferecia essa preparação necessária para os futuros operários.

No governo Médici a educação nacional recebeu uma reformulação curricular para formar um trabalhador mais eficiente, aumentando a capacidade de manejar instrumentos e se comportar de uma maneira mais técnica, com isso limitando a possibilidade de uma consciência social de seu papel e importância, além da perda de um pensamento crítico.

“Na verdade da ideologia tecnicista, o discurso do ministro da Educação continuava subjugando a política educacional à razão instrumental do valor econômico, ou seja, o cerne da concepção educacional implantada pela ditadura militar estava preservando no texto do ministro: a educação continuava sendo um instrumento social importante para alavancar os ditames preceituados pela política de crescimento econômico determinada pelo II PND”. (JR. FERREIRA; BITTAR, 2008, p. 348-349).

O meio encontrado pelos militares para atrofiar a capacidade crítica dos indivíduos foi aplicar uma censura na área das ciências humanas, fazendo-as aproximar-se das ciências exatas no aspecto de das verdades absolutas, ou seja, eliminando qualquer possibilidade de dúvida, por exemplo, no campo da História, eram passadas datas e os acontecimentos correspondentes as mesmas, mas os dados transmitidos contemplavam somente um ponto de vista, uma única possibilidade de interpretação, isso fazia com que muito do conteúdo fosse descartado, e o que era aprendido só o era por ter sido uma escolha feita pelos representantes do regime, que tinham a função de escolher o conteúdo que seria ensinado, o que era transmitido pelos livros didáticos e professores deveriam ser tomados como uma verdade inquestionável, tornando uma disciplina que deveria ser em partes, subjetiva, em algo exato, uma forma completamente técnica de se produzir, ou melhor, receber o conhecimento, eliminando

completamente a possibilidade de o aluno desenvolver pensamentos que questionassem o conteúdo que era passado. Havia uma divisão por parte do governo entre o primeiro e segundo grau.

No primeiro grau a preocupação era em ensinar e fundamentar as “verdades absolutas”, e no segundo tinha-se como objetivo estimular as capacidades técnicas dos futuros operários, a primeira forma de estimular era nas chamadas “práticas educativas”, que eram aulas de cunho mais prático como educação física, educação artística, educação moral e cívica, entre outras, que vieram para substituir as matérias que foram retiradas do currículo como filosofia, sociologia, entre outras.

“Daí forçar a escola a trabalhar com certezas, pois a dúvida leva ao pensar e este a descoberta. Para trabalhar com verdades absolutas era necessário deixar de ensinar muita coisa; o conhecimento produzido se caracterizava por sua ligação com o sistema e o regime, aos quais servia e defendia. Por isso não se permitia o acesso a todo o conhecimento existente; o direito de acesso ao conhecimento também seria seletivo.” (CAMPOS, 2013, p. 45)

Considerações finais

Após nossas pesquisas e experiências em sala de aula, com a turma do 7º ano turma A, do colégio José Aloísio de Aragão (colégio de aplicação UEL), pudemos perceber através de um questionário para a avaliação de conhecimentos prévios que a turma não sabia praticamente “nada” sobre o período ditatorial brasileiro, até mesmo por ser um conteúdo que não é apresentado nas séries anteriores.

Após a aplicação de nossas aulas-oficina, onde na primeira contextualizamos politicamente no Brasil e no mundo o golpe, e explicamos o regime; na segunda definimos, trabalhamos e contextualizamos o conceito de censura e suas aplicações e consequências na sociedade do período; e na terceira na qual aplicamos uma atividade prática de caráter avaliativo, para vermos como foi à assimilação do conteúdo trabalhado, fazendo com que os alunos se dividissem em grupos em sua maioria de sete pessoas para produzirem um texto de sete a quinze linhas onde escreveriam o que foi entendido nas aulas teóricas, e seguido disso os grupos trocariam de texto e tentariam pensar da mesma maneira que os censuradores do regime militar, procurando encontrar informações que faziam propagandas negativas ao governo, e destacá-las no texto.

Posterior a análise dos textos produzidos pelos alunos e seus destacamentos feitos na atividade prática, observamos uma melhora na compreensão do período militar brasileiro, que abrangeu desde seu contexto e história até a assimilação de conceitos e palavras-chave, como por exemplo, censura, regime autoritarista, liberdade, alienação, entre outros.

Referencias Bibliográficas

JR. FERREIRA, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n.76, p. 333-355, set/dez. 2008.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. O Golpe nas Ciências Humanas: 1964 e Estudos Sociais. **Geografia**, Rio Claro, vol. 27 (3): 20-70, dez. 2013.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed., 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

PEDRO, Antônio; SOUZA LIMA, Lizânias de. **História da Civilização Ocidental: Ensino Médio: volume único**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2005.